PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , DE 2006
(Da Sra. SANDRA ROSADO e outros)

Institui Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as piores formas da exploração da mão-de-obra infanto-juvenil no Brasil.

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º Fica instituída Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as piores formas de exploração da mão-de-obra infanto-juvenil no Brasil, conforme relatos veiculados na imprensa.

Art. 2º A Comissão será constituída por vinte e cinco membros e igual número de suplentes, com prazo de cento e vinte dias, prorrogável até metade, para conclusão dos seus trabalhos.

Art. 3º Os recursos administrativos e o assessoramento necessários ao funcionamento da comissão serão providos pelo Departamento de Comissões e pela Consultoria Legislativa, respectivamente.

Art. 4º As despesas decorrentes do funcionamento da comissão de que trata esta resolução correrão à conta de recursos do orçamento da Câmara dos Deputados.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

No último domingo, dia 2 de abril, foi veiculada no Programa da Rede Globo, Fantástico, a reportagem intitulada “Infância Perdida”. Nela foi relatada a triste vida das crianças e dos adolescentes moradores de Piripá, Sudoeste da Bahia, que são submetidos a trabalhos forçados e aos riscos da dependência do álcool. Eles trabalham em pequenas propriedades rurais, cuja estrutura é artesanal, arcaica, e aproveita todos os membros da família. “Alguns alambiques são movidos pela força animal. A cada duas voltas do boi, sai um litro de garapa. Uma rotina aparentemente inofensiva, mas João Rodrigues de Lima, produtor de cachaça, já perdeu uma neta no fabrico do produto. Ela morreu esmagada na prensa de madeira.” A menina tinha 12 anos.

A matéria dá conta de que as tarefas do alambique envolvem 200 jovens, entre crianças e adolescentes, os quais não são beneficiários do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Mas o pior, além do trabalho em condições altamente precárias, de grande esforço físico (como a colheita e a moagem da cana), que resultam no abandono ou mal aproveitamento escolar, é a participação dos jovens na destilação da cachaça. Após o processo de fervura e decantação na produção do aguardente, vem a avaliação do teores de álcool, trabalho de adulto, que os adolescentes (a partir do 10 anos) aprendem a gostar de fazer. Isso origina um problema gravíssimo detectado na região: o alcoolismo entre os jovens.

Segundo ainda a reportagem, na região, são produzidos mais de três milhões de litros de cachaça por ano, sendo que 90% são consumidos nos municípios de Piripá, Itarantim e Condeúbas

Esse quadro mostra que apesar da acentuada redução do número de crianças e de adolescentes inseridas no mercado de trabalho, verificada nos últimos dez anos, em virtude principalmente dos programas governamentais de erradicação da exploração do trabalho infantil, a instituição desta Comissão Parlamentar de Inquérito se justifica pelas reiteradas notícias

veiculadas pela imprensa dando conta ainda da existência de inúmeros casos de exploração das piores formas de trabalho infanto-juvenil em nosso País.

À denúncia de Piripá, ainda podem ser acrescentados tantos outros casos que ilustram a perversidade do trabalho precoce em nosso País.

Recentemente foi noticiado, pela agência Ouro Preto Notícias, do dia 21 de março deste ano, que a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Minas Gerais iria apurar denúncias de exploração de mão-de-obra infantil em uma das etapas de produção de talco pelas mineradoras Minas Talco e Minas Serpentinó, localizadas em Ouro Preto, Minas Gerais. Segundo a matéria, reportagem veiculada pelo *site* do Instituto Observatório Social faz menção a um relatório do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), órgão do Ministério de Minas e Energia, que confirmaria a existência dessa denúncia. Mais adiante relata que *O talco é usado para fabricar produtos como medicamentos, borracha, cerâmica, tintas e giz de cera. Pelo menos três multinacionais receberiam esta matéria-prima, como a Faber-Castell, que fabrica lápis de cor; a ICI Paints, que controla a Tintas Coral; e a Basf, que controla a Suvinil Tintas.* Essas empresas, quando foram notificadas da denúncia, teriam deixado de adquirir matérias-primas das referidas mineradoras.

O artigo intitulado “Combate ao Trabalho Infantil”, publicado no Jornal do Brasil, do dia 11 de junho de 2005, lista casos de trabalho doméstico no Distrito Federal, cuja erradicação encontra obstáculos tanto em relação ao princípio constitucional da inviolabilidade do domicílio, quanto na falsa noção de que a menina, criança ou adolescente, inserida nas residências encontra-se protegida moral e fisicamente. Tudo isso dificulta o mapeamento dos casos, resultando em um trabalho invisível, no qual as jovens estão sujeitas a abusos sexuais, morais e físicos. No ano passado, a imprensa paraense (os jornais O Liberal e o Diário do Pará) noticiou o caso escabroso da menina Marielma Silva, de 11 anos, que, em novembro de 2005, foi supostamente assassinada por seus empregadores. A pequena empregada doméstica foi levada do interior para morar com um casal em Belém no Pará sob a promessa à mãe da menina de uma vida melhor. Porém Marielma não saía de casa nem mesmo para freqüentar à escola, além de ser espancada freqüentemente pelos patrões. Infelizmente, a grande mídia nacional não deu à denúncia a repercussão que merecia, a fim de que a sociedade brasileira como

um todo pudesse tomar conhecimento do sofrimento pelo qual passa as pequenas trabalhadoras domésticas.

Também no dia 11 de junho de 2005, o Jornal Correio Braziliense, na reportagem “Uma infância menos inocente”, relata casos de trabalho infantil em Brasília, em pleno centro do Poder Público Federal. São crianças trabalhando nas ruas como engraxates: o pequeno Pedro (nome fictício), 12 anos, acorda todos os dias às cinco e meia da manhã. Sai de Luziânia, Goiás, todos os dias, a tempo de chegar pelos menos às 8h na comercial da 308 Sul. Por todo esse esforço, ele ganha R\$ 10 por dia. Há os casos de crianças, que, de meia em meia hora, surgem nos bares da cidade, vendendo balas, gomas de mascar e até CDs piratas. Daniele (nome fictício), 10 anos, residente na Cidade Ocidental, vende, de terça a sexta-feira, balas nos bares Beirute e Líbano, na Asa Sul. Segundo ainda a matéria, cerca de 145 mil crianças e adolescentes trabalham no setor da mineração no Brasil, segundo números divulgados pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi).

Dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, de 2004, revelam que, naquele ano, de 5 a 9 anos havia 252.050 pessoas ocupadas, sendo que, na faixa etária de 10 a 14 anos, esse número era de 1.713.595 pessoas trabalhando.

A PNAD de 2004, ainda, revela o seguinte quadro:

De 5 a 9 anos, cerca de 70% dos trabalhadores são homens. Essa predominância ainda se revela na faixa etária de 10 a 14 anos, em que mais de 60% são do sexo masculino. A maioria dos trabalhadores de 5 a 9 anos, mais de 70% estão inseridos na atividade agrícola; de 10 a 14 anos, essa incidência é de quase 60%.

Ainda na faixa etária de 10 a 14 anos, o maior contingente de trabalhadores está na Região Nordeste, com mais de 45% dos jovens trabalhadores. Em seguida vem a Região Sul e a Região Sudeste, com cerca de 17%; a Região Norte Urbana, com 13% e a Região Centro-Oeste, com 5%.

O trabalho precoce acarreta vários malefícios ao desenvolvimento físico e mental dos jovens. São riscos ergonômicos, físicos, biológicos e químicos. Dependendo da atividade, as crianças e os adolescentes estão sujeitos aos seguintes males: postura inadequada, lesões por esforços repetitivos e lesões na coluna pelo levantamento de peso

excessivo, ferimentos pelo uso de instrumentos cortantes, desidratação, queimaduras solares, picadas de animais peçonhentos e intoxicação pelo manuseio de agrotóxicos, principalmente na agricultura.

Percebe-se, assim, em vista das precárias condições de trabalho, que os jovens estão mais sujeitos a acidente, em razão do desconhecimento dos perigos a que estão expostos, da falta de experiência para lidar com os riscos existentes no ambiente de trabalho, das condições de nutrição precárias e da maior predisposição à fadiga física e mental.

Isso sem levar em consideração os danos causados pelo trabalho precoce com relação ao desenvolvimento psíquico, moral e social, principalmente naquelas atividades relacionadas com o comércio ambulante nas ruas das grandes cidades, com a inserção dos jovens no narcotráfico, na prostituição infantil, e agora o alcoolismo verificado nos jovens que trabalham nos alambiques.

Outro grave dano causado aos jovens trabalhadores relaciona-se com prejuízo à sua formação escolar. A maioria das crianças e dos adolescentes inseridos na atividade agrícola não freqüenta a escola, sendo que os adolescentes que trabalham em atividades não-agrícolas, devido às longas jornadas de trabalho, têm seu aproveitamento escolar prejudicado em relação aos demais alunos.

Assim, é chegado o momento de promovermos uma profunda apuração dos fatos, a fim de que todas as instâncias do Poder Público, Congresso Nacional, Judiciário e Governo Federal, possam tomar as providências necessárias à erradicação do trabalho infantil em nosso País e a proteção do trabalho do adolescente, principalmente com a ampliação dos programas de emprego e renda para as famílias de baixa renda. Urge também que sejam sugeridas medidas que punam criminalmente os responsáveis pelas condutas ilícitas, que os obriguem a ressarcir os prejuízos causados aos jovens e que os façam suportar as sanções administrativas cabíveis. Essas providências são justificadas principalmente pelo fato de que o Brasil é signatário das Convenções nºs 138 (idade mínima para admissão ao emprego) e 182 (piores formas do trabalho infantil), da Organização Internacional do Trabalho.

Ante o exposto, impõe-se, uma completa investigação dos fatos acima relatados, justificando-se plenamente a instituição de uma

Comissão Parlamentar de Inquérito, respaldada pelas assinaturas que acompanham esta proposição.

Sala das Sessões, em de de 2006.

Deputada **SANDRA ROSADO**